

## GEOGRAFIA AGRARIA DA ÁREA DAS DOAÇÕES (DE 1928 A 1966)

A «Área das Doações» individualiza-se pelas suas características específicas, na paisagem agrária do Noroeste português.

Qual o motivo de tal designação? A causa dessa individualidade nada se relaciona com as suas características físicas, mas sim com o uso activo de um sistema de transmissão de bens — a doação. O uso deste sistema recua nos séculos, e no início do século XX tinha ainda larga divulgação no Noroeste português. Todavia, um período de decadência, relacionado com a primeira grande guerra mundial, contribuiu para a delimitação da área que nos propomos estudar.

A fim de evitar os perigos de uma apreciação apenas parcial e desenquadrada do problema, dividimos o nosso trabalho em três partes. A primeira estuda as doações, com o fim de demonstrar como, localmente, este sistema jurídico se pratica. A segunda limita-se a dar uma visão de conjunto da «área» e finalmente a terceira parte tenta explicar, não só os problemas agrários que lhe são específicos, como a actual integração numa nova fase da sua história agrícola <sup>(1)</sup>.

### *AS DOAÇÕES COMO SISTEMA JURÍDICO DE POSSE DA TERRA*

O sistema das «doações para casamento» consiste na doação feita pelos pais a um dos filhos, imediatamente antes do casamento deste, tal como se prevê nos artigos n.º 1175

e seguintes do Código Civil. Este tipo de doação abrange, de uma maneira geral, a totalidade dos bens do casal, ficando os doadores como reservatários vitalícios do usufruto (artigo n.º 1460).

Este sistema de transmissão de bens, para além da doação, engloba mais três partes jurídicas: a convenção antenupcial, entre os esposados; a conferência ou colação dos bens, entre o donatário e os co-herdeiros; terminando com o arrendamento do usufruto feito pelos doadores ao filho. A importância deste sistema na «área», impõe que se realize um estudo das suas características jurídicas. Por tal razão, vamos procurar explicar cada uma das fases inerentes à realização desse sistema.

*Escolha do donatário.* — O desejo de conservarem «a não divisão» da casa agrícola conduz os pais a fazerem a doação da casa ao filho que dê garantias de continuidade. Os filhos são preferidos às filhas, pelo facto de darem continuidade ao «nome da casa» e permitir a «entrada». Não existe qualquer privilégio quanto à idade, pode ser ou não o mais velho.

*Noivado.* — Uma vez escolhido o filho doado, recai-lhe, imediatamente, a designação de «filho da casa», e é-lhe feita, antes do casamento, a doação do casal. O donatário deve escolher para sua noiva uma rapariga que seja do agrado de seus pais e que seja possuidora de dote adequado aos bens que vão ser doados. Este sistema exige que os noivos possuam níveis económicos bastante idênticos.

*Convenção antenupcial.* — No dia estabelecido em conjunto, os noivos, os pais e as testemunhas comparecem perante o notário. Os noivos, geralmente, pedem que o seu casamento se realize em regime de separação de bens, com simples comunhão dos adquiridos a título oneroso. Mas, se o casamento for interrompido, por morte de algum dos cônjuges e existirem descendentes, este regime deve transformar-se imediatamente em comunhão geral, com todas as consequências.

*Doação.* — Podemos verificar, pela leitura de diversas escrituras, que a doação apresenta particularidades de caso para caso. Passaremos, porém, a mencionar as condições que consideramos dominantes neste sistema de transmissão de bens. Assim, até 1930 aproximadamente, a doação era feita simplesmente mediante o estabelecimento de uma pensão aos doadores, em relação à produção anual. Pelo contrário, a

<sup>(1)</sup> Este estudo sumário corresponde a um resumo e adaptação de uma tese de licenciatura, apresentada em 1966 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Está a realizar-se um estudo pormenorizado, que explica a complexidade agrária da «área».

partir daquela data, a doação passa a ser feita com reserva vitalícia do usufruto para os doadores. Mas costumam estabelecer certas cláusulas, como sejam: obrigar o donatário a fazer-lhes certos serviços domésticos ou a contratar alguém; reservar o direito de colher mato.

*A terça e a quota disponível.* — Segundo o Código Civil de 1867, era estabelecido como quota, na sucessão legítima de pais a filhos, um terço dos bens da herança. Todavia, o decreto n.º 19 126 de 16 de Dezembro de 1930 veio apoiar o sistema de doações, pois a quota passa da «terça» para metade dos bens da herança, chamada «quota disponível». Esta, na actualidade, domina sobre a «terça». Porém, nas famílias onde os doadores vêem possibilidades de o donatário conferir  $\frac{2}{3}$  dos bens, realiza-se uma sucessão legítima, com base na doação por «terça».

*Colaço* (\*) — As leis jurídicas admitem a possibilidade de os bens poderem ser divididos de forma igualitária pelos filhos herdeiros, não sendo permitido subtrair a esta disposição mais de metade desses mesmos bens, a chamada «quota disponível». Deste modo, os pais, ao doarem a totalidade dos seus bens ao «filho da casa», só podem fazer doação de metade deles, ficando o restante destinado, obrigatoriamente, à divisão igualitária pelos restantes herdeiros.

Vamos tentar exemplificar: consideremos  $n$  o número de filhos do casal, e  $y$  o valor total da herança. O valor máximo, segundo a quota disponível, que o donatário pode receber é  $\frac{y}{2} + \frac{y}{n}$ . Recordamos que  $\frac{y}{2}$  é a quota disponível, e  $\frac{y}{n}$  é a legítima de cada herdeiro. O desequilíbrio entre os valores herdados pelos irmãos e os dados ao donatário é directamente proporcional ao número daqueles. O máximo valor recebido pelo donatário é  $\frac{3}{4}y$  no caso de serem somente dois herdeiros. Mas, se o número de herdeiros for, por exemplo, de 8, o donatário virá a receber  $\frac{9}{16}y$  e cada irmão receberá somente  $\frac{1}{16}y$ .

(\*) Apolada no artigo n.º 2098 do Código Civil e a forma como é regulamentada baseia-se nos artigos n.ºs 2107 e 2108.

Os elementos que acabamos de referir são considerados relevantes, mas ainda insuficientes para a compreensão da paisagem agrária da «área».

Sem termos a pretensão de esgotar o assunto, tentemos analisar o que se entende por «entrada». A sua ocorrência deve entender-se como um meio de manter vivo o costume da propriedade não dividida. A «entrada» é o dote trazido pela noiva e que é entregue por ela aos doadores, na altura da doação. Este dote destina-se não só a garantir ao casal doador, enquanto vivo, uma reserva, como a ajudá-lo, adicionando-se às suas economias, na formação do dote aos outros filhos. É forçoso realçar que a sua proporcionalidade, em relação aos bens dados, não é rígida, embora domine o consenso regional de que o «filho da casa» não deverá casar com uma rapariga cujo dote seja muito desequilibrado em relação ao seu. No entanto, o facto de os doadores receberem o valor da «entrada» não constitui como que um pagamento da doação. É antes um empréstimo feito pelo donatário a seus pais, visto que, na ocasião da conferência, tal montante é entregue ao donatário, sendo abatido ao conjunto da herança. Tudo indica que a «entrada» vem beneficiar o donatário. Exemplifiquemos: um casal com 8 filhos. Antes da doação procede-se à avaliação das «terras». Se as «terras» forem avaliadas em 420 000\$00, para se processar a doação, segundo as fases atrás referidas, é evidente que não podemos esquecer o valor da «entrada». Vamos imaginar que a «entrada» correspondia a um valor de 260 000\$00. Segundo as normas jurídicas, o acto da doação realizava-se da seguinte maneira: do valor total da avaliação (420 000\$00) seria subtraído o valor quantitativo da «entrada» (260 000\$00), de que resulta a quantia de 160 000\$00. Estes 160 000\$00 é que vão ser divididos pelos herdeiros. Entretanto, com base na «quota disponível», a quantia de 80 000\$00 é, directamente, do donatário e só o restante será para dividir de forma igualitária, isto é, cada herdeiro irá receber o valor de 10 000\$00 em «terra».

Este exemplo dá-nos uma acentuada sensação da desigualdade económica entre os diferentes herdeiros. Enquanto, no caso presente, o donatário recebe 350 000\$00 em «terra» (\*),

(\*) Terra: parcela agrícola.

os restantes herdeiros receberão, somente, 10 000\$00. Por seu turno, os irmãos podem pedir o valor dos 10 000\$00 em «terra», mas sem poder de escolha. É o donatário que escolhe as «leiras» ou bouças que menos afectem a unidade da sua casa agrícola.

Se o valor da «entrada» é elevado, os restantes filhos ficam sem qualquer valor em «terra». Estes podem receber alguns valores, se o doador possuir algum pecúlio em dinheiro.

A situação criada pelo sistema de doação trás não só como consequência primordial a não divisão das «terras», como acentua o desequilíbrio económico entre os diferentes herdeiros. Este desequilíbrio económico origina problemas sociais na «área». Assim, os filhos não doados terão de entrar para casas agrícolas «menores» do que a sua casa paterna. Para evitar tal desnível sócio-económico, presentemente, esses jovens dedicam-se a profissões ligadas às actividades secundárias e terciárias, deslocando-se definitivamente ou diariamente para os núcleos urbanos mais próximos.

**Arrendamento.** — Geralmente não engloba a totalidade dos bens sujeitos ao usufruto. Os excluídos constituem a chamada «reserva». Esta é formada, normalmente, apenas por parte da casa de habitação e pequenos terrenos de lavradio e bravio. Os doadores costumam estabelecer a sua renda anual em géneros retirados da «terra». Além desta renda anual, o donatário fica com certas obrigações, que são variáveis de casa para casa. Tentemos exemplificar: fica obrigado a emprestar algumas alfaias para amanhã das terras que façam parte das reservas, deixar os pais colher livremente produtos hortícolas para seu próprio uso, trazer nos terrenos arrendados aves de capoeira, etc.

#### VISÃO DE CONJUNTO DA ÁREA

**Situação.** — A «área das doações» engloba todo o concelho de Vila do Conde e algumas freguesias dos concelhos de Santo Tirso, Maia, Matosinhos e Póvoa de Varzim (fig. 1). Esta divisão administrativa confunde e ignora as características distintas do povo maiato<sup>(4)</sup>, e na «área das doações» ainda permanecem, actualmente, vestígios da sua unidade

(4) Nome dos habitantes da antiga «terra da Maia».

económica, étnica e social. Portanto, consideramos conveniente deixar uma nota sobre a localização da «área» em relação às terras medievais da Maia, Faria e Vermoim.

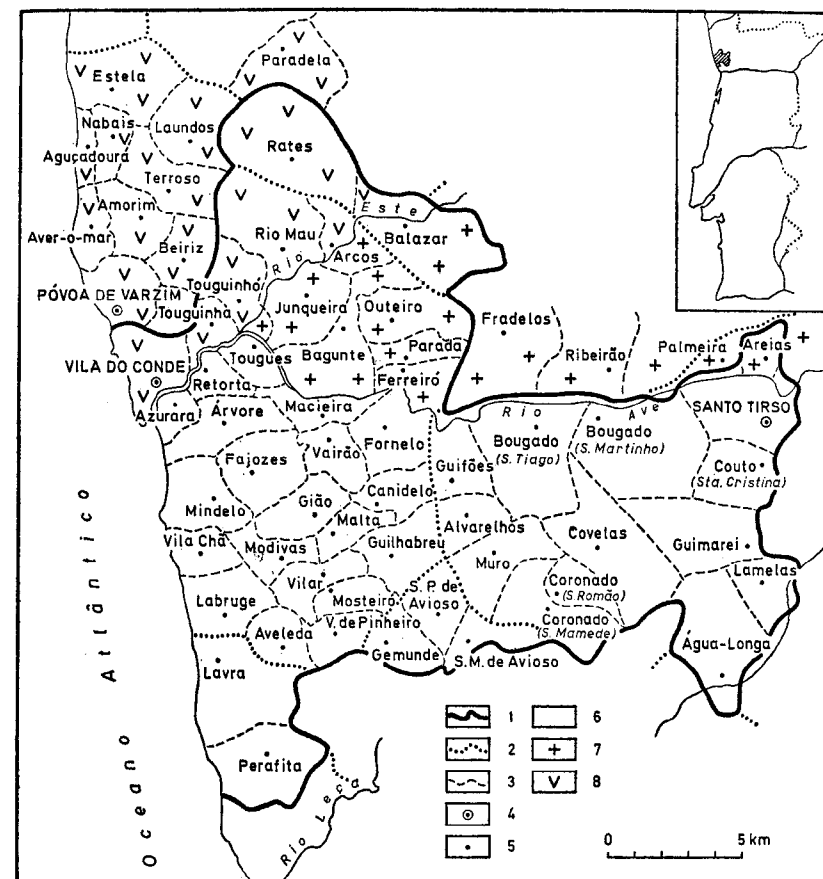


Fig. 1 — Localização da «Área das Doações» em relação à actual divisão administrativa e às Terras medievais: 1: Limite da «Área das Doações», 2: limite de concelho, 3: limite de freguesia, 4: sede de concelho, 5: sede de freguesia, 6: Terra da Maia, 7: Terra de Vermoim, 8 Terra de Faria.

As sondagens históricas permitem avaliar as linhas gerais da organização paroquial do território de entre Douro e Lima, nos séculos XI e XIII<sup>(5)</sup>. Assim, o Censual de Braga fala de

(5) J. LEITE DE VASCONCELLOS — *Etnografia Portuguesa*. II volume. Lisboa, Imprensa Nacional, 1936.

573 freguesias para a região de entre os rios Lima e Ave. Podemos concluir que este elevado número de freguesias vinca a complexa organização paroquial nessa altura. Acrescente-se, para vincular esta nossa conclusão, uma das afirmações de

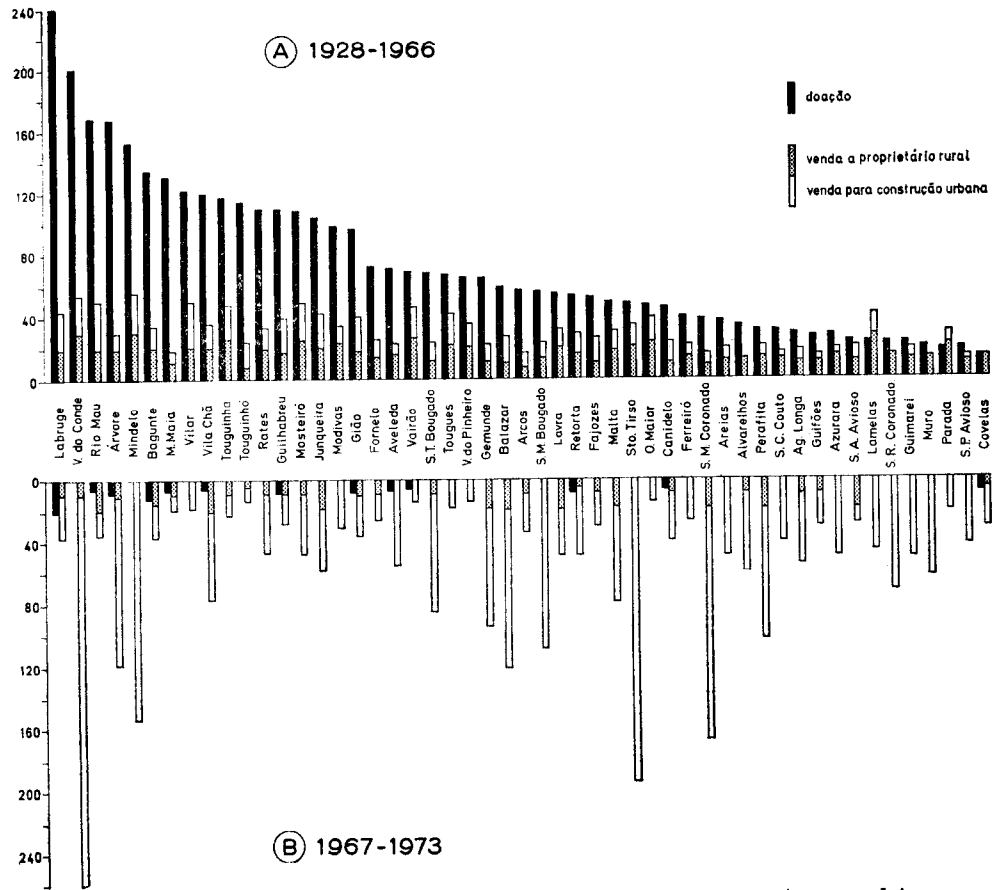


Fig. 2 — Número total de doações e de vendas, por freguesia, nos dois períodos de 1928 a 1966 e de 1967 a 1973.

AVELINO DE JESUS DA COSTA <sup>(6)</sup>: «O censual revelou-me que aquelas centenas de freguesias estavam agrupadas em circunscrições territoriais perfeitamente definidas — as terras ou

<sup>(6)</sup> AVELINO DE JESUS DA COSTA — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. I e II volumes (Dissertação de Doutoramento em História. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959).

arcediagados». O autor admite que a data do Censual deve oscilar entre 1084, 1089 ou 1091, o mais tardar. Para além do valor histórico deste documento, torna-se da maior importância mencionar os substratos das designações das três «terras medievais».

A «terra da Maia», no século x, fazia parte do território portugalense e era dividida em vilas. Todavia, nas Inquirições de D. Afonso III (1258), o julgado da Maia encontrava-se dividido em freguesias e estas subdivididas em vilas, reguengos, coutos, honras e casais. A designação de «terra da Maia» também surge como divisão eclesiástica no Anuo ou lotação de igrejas de 1320 e ainda como Arcediagado ou Comarca da Maia. Lembramos que no século xiv o Bispo do Porto, os mosteiros de Santo Tirso, Cête, Junqueira, Candoma, Roriz, etc., possuíam quase a totalidade das terras, contribuindo para que a «terra da Maia» ficasse por títulos de emprazamento nas mãos dos agricultores maiatos.

Quando D. Manuel lhe concedeu foral, em 1519, este velho concelho da Maia apresentava os seguintes limites: a norte o rio Ave, a ocidente o oceano Atlântico, a sul e leste era limitado pela cidade do Porto e por uma linha abrangendo Rio Tinto, S. Mamede de Valongo, S. Lourenço de Asmes (Ermezinde), Alfena, Covelas e Bougados. Actualmente, está reduzido administrativamente a um concelho e cedeu a maior parte das suas freguesias aos concelhos de Vila do Conde, Santo Tirso, Matosinhos e Valongo.

Os documentos históricos localizam a «terra de Faria» entre o rio Ave e o Cávado, desde o oceano até Santa Eufémia de Rio Covo, agrupando na altura 66 freguesias. A designação de «terra de Faria» está possivelmente ligada ao castelo de Faria, que, embora mencionado apenas em 1110, devia ser muito mais antigo, porque a «terra» tinha já esta designação no século xi.

A «terra de Vermoim» situava-se entre os rios Ave e Este, desde o lugar de Gardinhas, na freguesia de Balazar, até à de S. João inclusive. Tinha 80 freguesias e recebeu o nome de Castro Vermoim, no local onde, actualmente, se podem observar os vestígios de um castro (fig. 1).

*Problemas de delimitação.* — Cremos bem que as características físicas da «área» nada significam para a sua delimitação. Sem termos pretendido aprofundar os problemas morfológicos e climáticos da área em estudo, tentamos mostrar o seu enquadramento no panorama físico do Minho.

A sua individualização deve-se, sim, à complexidade da paisagem humana, que é consequência do uso do sistema de transmissão de bens chamado «doação». A figura 2 demonstra

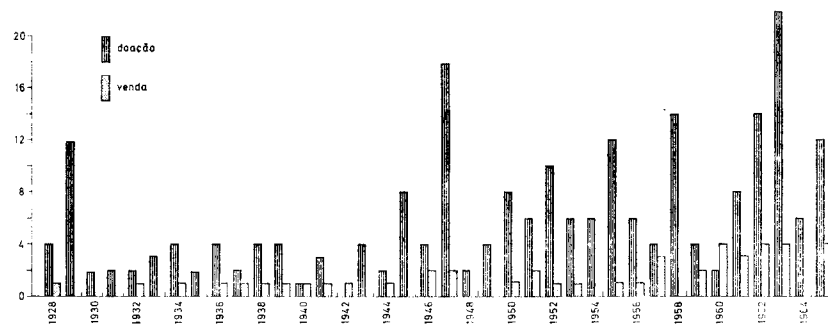


Fig. 3 — Evolução do número de doações e vendas, de 1928 a 1965, na freguesia de Labruge (concelho de Vila do Conde).

o predomínio, até 1966, do uso deste sistema sobre o de «venda», e define o seu contraste em relação ao período de decadência, que se inicia em 1967 e se prolonga até à actualidade. O concelho de Vila do Conde é, actualmente, o fulcro do uso daquele sistema de transmissão de bens. Porém, neste concelho, enquanto nas freguesias de Labruge (fig. 3), Vila do Conde, Rio Mau, Árvore, Mindelo e Bagunte o sistema de «doação» é nitidamente predominante, nas freguesias de Canidelo, Ferreiro e Azurara é menor e finalmente ultrapassado pelo sistema de «compra e venda» nas freguesias de Parada e Lamelas. Nestas últimas verifica-se um surto de venda de pequenas parcelas de terreno para construções urbanas e industriais. Este facto evidencia complexas influências de ordem humana, com relevância especial para a proximidade de núcleos urbanos e das estradas que ligam a cidade do Porto com Viana do Castelo, Braga e Barcelos.

A figura 4 mostra a relação entre a área de cada freguesia e a área média de lavradio por proprietário. Enquanto

nas freguesias do concelho de Vila do Conde a extensão da propriedade rural varia entre os 5 e os 13 ha, nas freguesias periféricas a extensão dominante é de 2 a 4 ha. Podemos afirmar que o uso do processo jurídico de transmissão de bens por «doação» é o factor decisivo e explicativo da não divisão da propriedade rural.

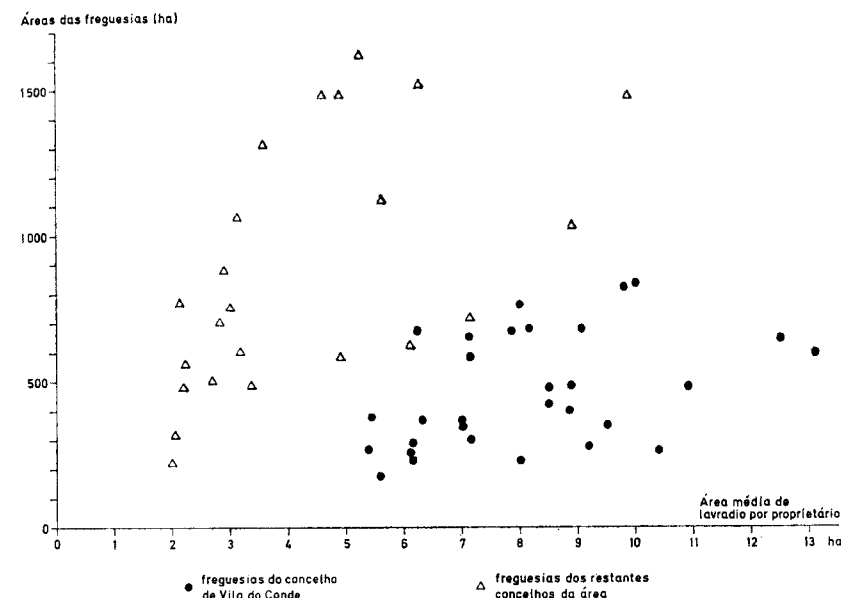


Fig. 4 — Relação entre a área das freguesias e a área média de lavradio por proprietário em 1966.

Apesar da individualização da «área das doações» na paisagem do Noroeste português, há naquela «área» variabilidade no uso do sistema, nas diferentes freguesias. Se considerarmos a evolução do sistema, no período de 1928-1965, podemos ter uma ideia aproximada do seu grau de variabilidade mas nunca de decadência, com especial relevo para as freguesias do concelho de Vila do Conde (fig. 3).

#### PAISAGEM NATURAL

*Relevo.* — Dominam, na «área» em estudo, os relevos baixos e bastante dissecados por linhas de água que pertencem, na sua maioria, às secções média e terminal da rede hidro-

gráfica do Ave. Ressaltam nesta paisagem duas unidades morfológicas: região litoral e interior (fig. 5).

Na região litoral, uma superfície de abrasão marinha desenvolve-se para norte de Matosinhos, a uma altitude média de 30-50 metros, com nítida inclinação para o oceano. Encontra-se coberta por algumas praias antigas e existem campos de dunas, alguns dos quais chegam a formar colinas de 2 a 4 dezenas de metros de altitude. Para sul do Ave e a oriente da superfície de abrasão surge um modelado «tipo colina».

Na região interior, o alinhamento S. Félix-S. Gens de Cidai, que corresponde a um afloramento descontínuo de quartzito ordovícico e de xistos silúricos e carbónicos, desenvolve-se até à cota máxima de 202 metros em S. Félix e continua-se para SE, atingindo a cota máxima de 211 metros em S. Gens de Cidai.

Como toda a morfologia minhota é rica em superfícies de erosão, a níveis variados, a «área das doações» não faz excepção e nela se destaca o nível de 200 metros. Esta superfície de aplanação nivelou afloramentos geológicos de características muito diferentes; entre eles salientamos os montes de S. Gens de Cidai, Marão, S. Eufémia e Soledade. Este nível dos 200 metros enquadra-se na superfície de aplanação que se estende pela arriba fóssil de Esposende e outros lugares.

Na mesma região distinguem-se formas fracamente onduladas, limitadas a ocidente pelo afloramento quartzítico e a oriente pela escarpa do Monte de Assunção-Agrela. Desse conjunto de formas largas salientamos os vales do Ave, em Bougado-Maganha e da ribeira do Matadouro, como exemplos típicos de formas maduras. A depressão de Bougado-Maganha é bastante ampla e os seus solos ricos em húmus ocultam os xistos subjacentes, que só raramente afloram. A depressão da ribeira do Matadouro é, igualmente, uma forma larga e de fundo aplanado, de menor extensão que a anterior e limitada a leste pela escarpa do monte de Assunção. Esta depressão está na continuação, para norte, das belas e extensas depressões de Reguenga e Refojos, drenadas pelo rio Leça.

A vigorosa e rectilínea escarpa do monte de Assunção é talhada em granito e com um desnível de 350 metros. Embora

se considere um belo limite morfológico, já não pertence à «área das doações».

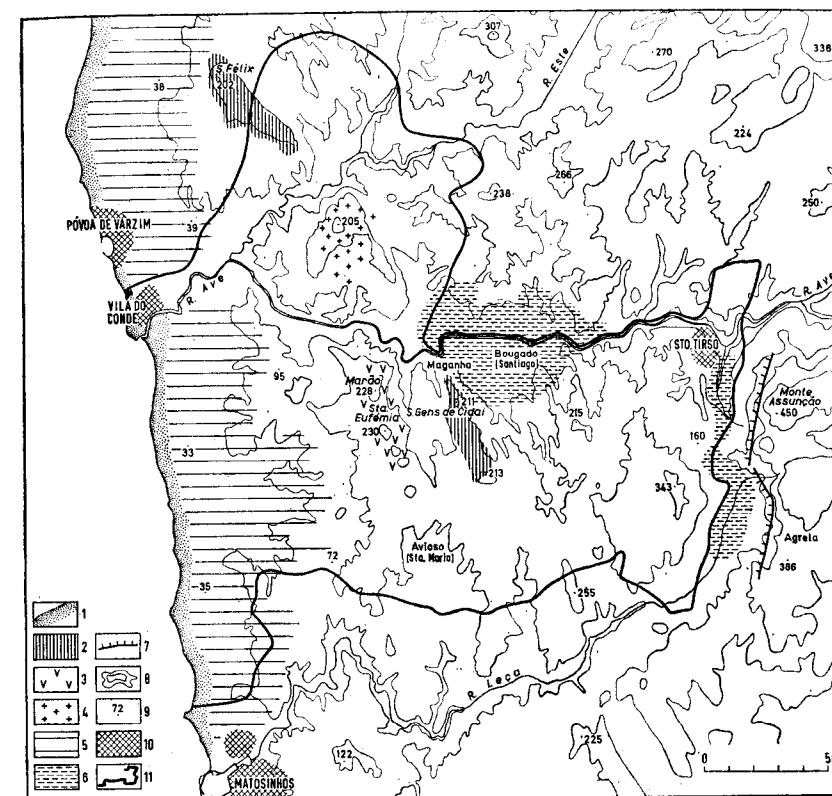


Fig. 5 — Relevo da «Área das Doações». 1: Faixa arenosa, 2: quartzito ordovícico, 3: pórfiro granítico, 4: granito alcalino ante-hercínico, 5: plataforma marinha, 6: formas largas e de fundo aplanado, 7: escarpa de Assunção-Agrela, 8: curvas de nível de 50, 100, 200, 300 e 400 metros, 9: ponto cotado, 10: núcleo urbano, 11: limite da «Área das Doações».

De forma conclusiva, é possível afirmar que a área em estudo não possui características morfológicas específicas.

*Clima.* — A «área» localiza-se na fachada ocidental, sujeita às influências do Atlântico Norte. Para dar uma ideia das suas condições atmosféricas, na sua sucessão habitual, teremos que nos basear em dados fornecidos pelas duas únicas estações

meteorológicas existentes: Póvoa de Varzim (1) e Escola Agrícola de Santo Tirso (fig. 6). A temperatura média anual do ar na Póvoa de Varzim é de 13°,8 e em Santo Tirso de 13°,7. A amplitude anual é mais elevada em Santo Tirso do que na Póvoa, atingindo respectivamente os valores de 12° e 8°,5. Em ambas as localidades houve dois meses de temperatura inferior a 10° (Dezembro e Janeiro) e cinco meses com temperaturas superiores a 15°. A precipitação atingiu, em 7 anos,

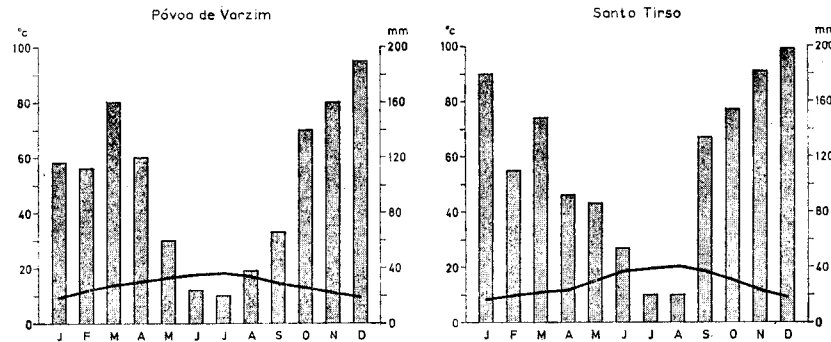


Fig. 6 — Gráficos termopluriométricos (1957-1963).

os totais de 1378 mm Santo Tirso e 1208 mm na Póvoa de Varzim. Em Santo Tirso a média de Junho sobreleva-se em relação ao somatório da precipitação média de Julho e Agosto, o mesmo não acontece na Póvoa. Nesta última localidade os 3 meses (Junho, Julho e Agosto) receberam em média menos de 40 mm. O Estio é em ambas as localidades muito curto. Registraram-se máximas de chuva de Outubro a Dezembro e no início da Primavera (Março). Todavia, em Santo Tirso os meses de Janeiro e Setembro são bastante mais chuvosos que no litoral.

A menor abundância de precipitação no Verão é equilibrada, mais frequentemente, na faixa litoral pelos nevoeiros que beneficiam o desenvolvimento de várias culturas, pois regularizam a temperatura e evitam a evaporação intensa; em contrapartida, originam um meio óptimo para o desenvolvimento das diversas doenças das plantas. As geadas são raras

(1) A estação meteorológica da Póvoa de Varzim só funcionou de 1957 a 1963.

na faixa litoral e surgem no interior, com frequência, nos meses de Inverno e por vezes em Abril e Maio, prejudicando o desenvolvimento de algumas culturas.

Os ventos dominantes sopram dos quadrantes marítimos. O homem da «área das doações» conserva as extensas manchas de bravio como elemento de abrigo às influências marítimas e na faixa arenosa abriga as culturas instalando sebes vivas ou mortas no limite das parcelas agrícolas.

#### REVESTIMENTO FLORESTAL

O revestimento florestal da área em estudo é, na generalidade, novo. A juventude das espécies que constituem as actuais «bouças» (8) é um reflexo directo do desbaste constante causado pelo baixo e médio nível financeiro do agricultor, do ciclone de 1941 e dos numerosos incêndios que têm destruído extensas áreas de bravio. Na «área das doações» é possível distinguir manchas de fraco, médio e bom revestimento florestal. As primeiras dominam nas freguesias da faixa arenosa do litoral, a mata é muito fraca, aparece em «touças» (9) isoladas de tojo asnal, trovisco e de erva negra. Junto dos taludes dos poucos campos de cultura (10) há alguns mioporos, amieiros, canas e algumas manchas de pinheiro bravo. As manchas de médio revestimento florestal surgem nas freguesias de solos ainda pouco profundos e pedregosos; a mata viva raramente aparece, predominando a chamiça e a urze. Podemos afirmar que nas freguesias de Touguinha, Rio Mau, Junqueira, Bagunte, Outeiro, Parada, Ferreiró, Rates, Balazar e Guimarei a economia relacionada com a exploração florestal é de valor médio. Nas restantes freguesias domina o bom revestimento florestal, as manchas de bravio são de cobertura muito uniforme. Geralmente essas boas «bouças» desenvolvem-se em solos fundos e de grande fertilidade. A espécie florestal dominante é o pinheiro bravo, embora o eucalipto ocupe, actualmente, cerca de metade das áreas de bravio.

(8) Parcelas de bravio.

(9) Tufos de vegetação.

(10) Estes campos talhados nos solos arenosos têm a designação local de «covas».

Na «área das doações» há geralmente equilíbrio entre a extensão das áreas de bravio e lavradio de cada propriedade rural. Contudo, a extensão das bouças varia entre os 50 m<sup>2</sup> e os 5 ha ou mais. A dispersão das parcelas de bravio vem explicar a presença paralela das áreas de bravio e lavradio em qualquer paisagem rural do Baixo Minho.

#### PROBLEMAS AGRÁRIOS

*Evolução demográfica.* — A fraca divisão da propriedade rural, na «área das doações», traduz-se na paisagem num povoamento pouco disperso. Pareceu-nos conveniente destacar

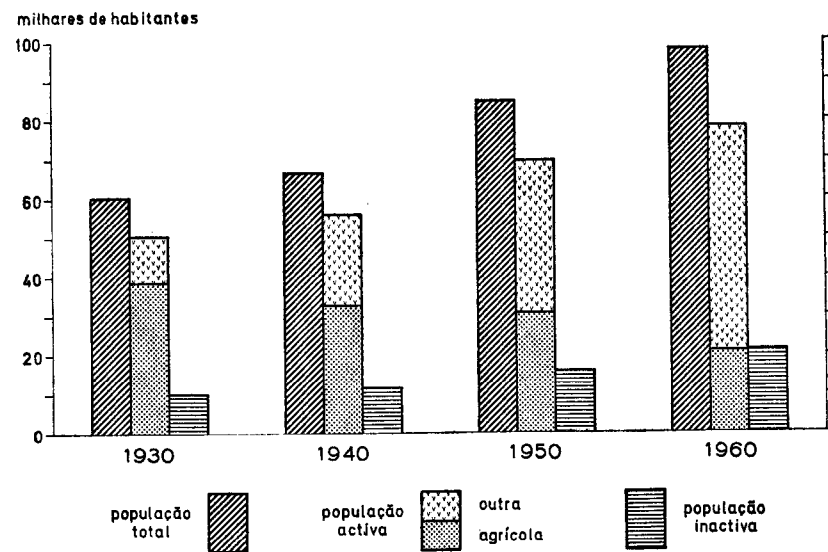


Fig. 7 — Evolução demográfica (1930 a 1960) na «Área das Doações».

o núcleo coincidente com o concelho de Vila do Conde, em relação aos concelhos periféricos. visto nestes últimos o povoamento ser menos denso e mais disperso.

Antes de mais, impõe-se reconhecer que, apesar da forte actividade agrícola da «área», o seu espaço inclui, recentemente, na faixa litoral e junto da estrada Porto-Viana do Castelo e suas variantes, para Barcelos e Braga, um vasto território de expressão industrial.

A evolução demográfica da área em estudo apresenta um crescimento considerável (fig. 7). Ao aumento da população activa corresponde um decréscimo apreciável da população agrícola, sendo fácil compreender as razões deste abandono, pensando na atracção da população pelas actividades secundárias e terciárias, e na fuga de mão-de-obra relacionada com o surto migratório. Todavia, as freguesias

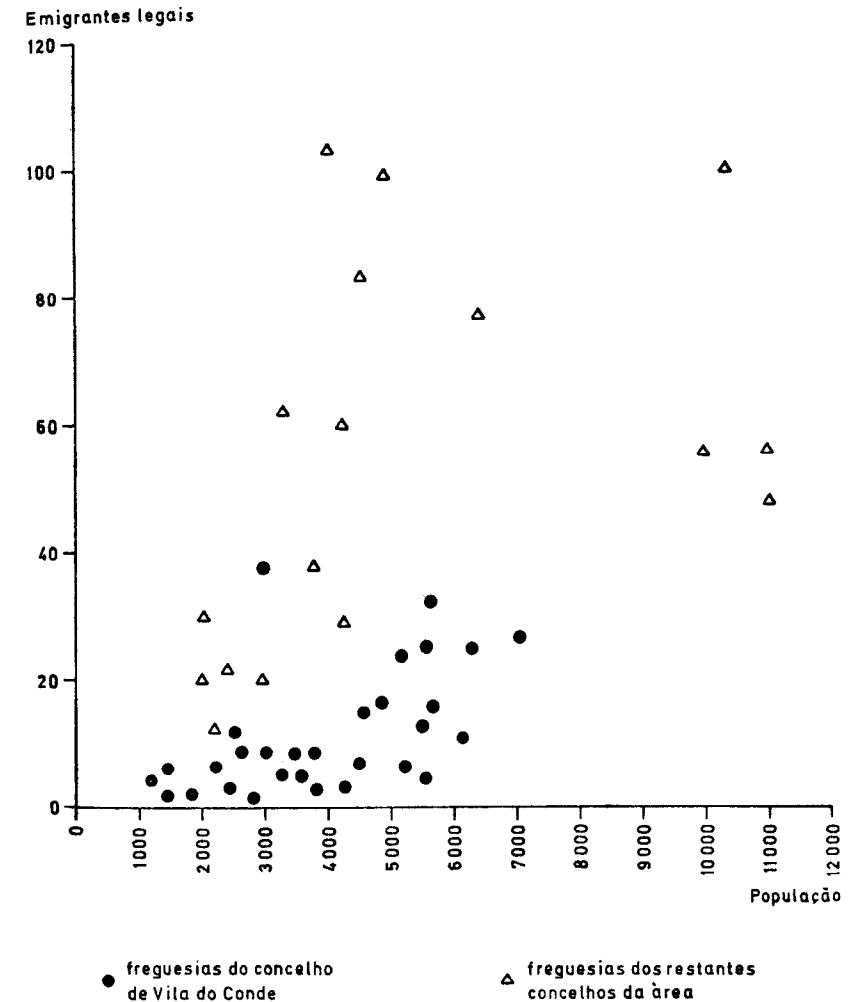


Fig. 8 — Relação entre o número total de emigrantes legais de 1961 a 1964 e a população presente em 1960 nas várias freguesias da «Área das Doações». Não está representada a freguesia de Santo Tirso.



do concelho de Vila do Conde fornecem menor contingente de emigrantes que as restantes freguesias da «área» (fig. 8). Aproveitando elementos recolhidos em inquéritos locais, podemos afirmar que raramente o emigrante está relacionado com

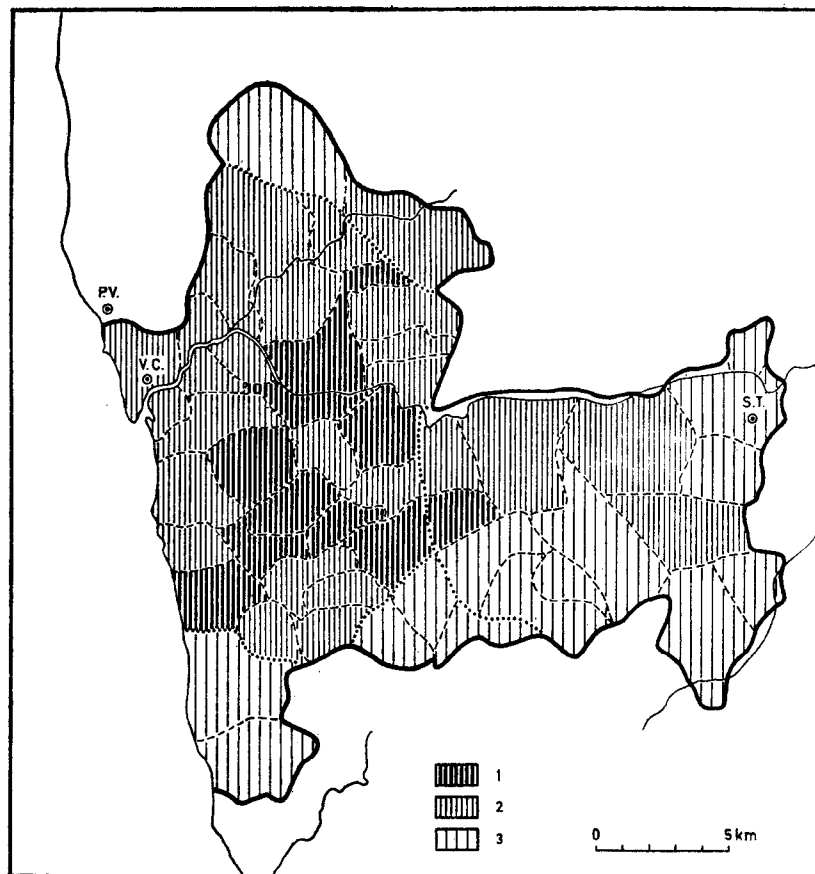


Fig. 9 — Área média por proprietário na «Área das Doações».  
1: Superior a 9 hectares, 2: de 9 a 5, 3: inferior a 5.

a «casa doada». Actualmente, nestas casas a mão-de-obra existente é na sua quase totalidade familiar. Embora os filhos do donatário frequentem escolas do Ensino Secundário e Superior, nas horas livres ajudam os seus familiares em qualquer trabalho agrícola.

*Extensão da propriedade rural.* — Uma paciente observação realizada em contacto com o povo maiato, sem qualquer base documental, pois não existia, permitiu-nos reconhecer a sua individualidade, quanto à extensão da propriedade rural<sup>(11)</sup>, em relação ao restante Noroeste. Embora o parcelamento levado a extremo seja um costume minhoto, a área em estudo apresenta propriedades rurais bastante mais extensas (fig. 9). A causa dessa fraca pulverização da «terra»<sup>(12)</sup> é o uso do

QUADRO I

Características da propriedade rural na «Área das Doações»

	Concelho de Vila do Conde	Freguesias dos concelhos de			
		Póvos de Varzim	Santo Tirso	Maia	Matosinhos
Área média por proprietário, em ha . . . . .	9,1	6,2	4,2	3,1	3,2
Número médio de prédios por proprietário . . . . .	10,5	7,1	5,2	4,4	7,4
Limite superior, em ha, da propriedade rural considerada «pequena» . . . . .	5	2,5	5	3	3
Limite inferior da propriedade rural considerada «grande» . . . . .	15	5	12	10	8

processo jurídico de transmissão de bens por doação, que faz lembrar o morgadio.

Para além das deficiências de um cálculo de médias, verificamos ser o único processo que possuíamos para demonstrar concretamente a extensão das propriedades rurais nos diferentes concelhos (quadro I). Assim, o concelho com propriedades de maior dimensão é o de Vila do Conde, e à medida que nos aproximamos das orlas administrativas, desta mesma «área», a propriedade começa a ser menos extensa (fig. 4). Uma análise comparativa das figuras 4 e 9 permite

<sup>(11)</sup> Conjunto das áreas de lavradio e bravio.

<sup>(12)</sup> No sentido de parcela agrícola.

concluir que a «grande» propriedade corresponde ao «núcleo» activo do uso da doação.

Devido à não existência da planta cadastral da área rural em estudo, recorreremos a elementos, muito deficientes, fornecidos pelas secções de Finanças dos diferentes concelhos, sobre o número de proprietários e o número de prédios rústicos. A área total é de 34 503 ha, pertencente a 6649 proprietários distribuídos por 44 886 prédios rústicos. Este facto significa que em média cada proprietário possui uma superfície de 5,2 ha, dispersa por cerca de 6,7 prédios rústicos.

*Sistemas de exploração.* — Naturalmente que as fases e a contextura jurídica exigida pela doação têm os seus reflexos no tipo dominante de exploração agrária. Em 1964, a exploração directa ocupava cerca de 80 p. 100 do total da exploração rural, em virtude de, na maioria, as «casas doadas» serem exploradas directamente. Todavia, podem notar-se casos de exploração indirecta e mista. Trata-se de uma «área» onde a doação é o motor da sua vida agrária. Passemos a frisar sucintamente os tipos de exploração em vigor, e seus reflexos na economia local.

O domínio quase absoluto da exploração por conta-própria é consequência, como já foi referido, da aplicação do sistema de doação, pois, como se explicou no início deste trabalho, embora as doações obriguem o arrendamento feito pelos pais ao «filho da casa», esta forma corresponde tecnicamente a uma exploração directa. É o próprio donatário que toma conta da terra e a explora. Ultimamente, a falta de mão-de-obra tem acelerado o aumento deste tipo de exploração agrícola.

A exploração indirecta correspondia, em 1964, a uns 6 p. 100 do total da exploração rural e acentua-se de ano para ano a sua diminuição. Os contratos de arrendamento são normalmente verbais e anuais, com início e termo pelo São Miguel (29 de Setembro). Quando qualquer das partes contratantes pretende rescindir o contrato, costuma avisar a outra da sua intenção no dia de São João. Contudo, já é corrente fazer-se o aviso 60 dias antes do seu termo. Há já algumas escrituras desse teor, e em certas freguesias há mesmo tendência para o estabelecimento de contratos dessa natureza. As condições dos contratos escritos são sensivel-

mente as mesmas dos verbais; a duração é que varia de dois a cinco anos. São raros os casos de renovação do contrato, em que os rendeiros se sucedem de gerações em gerações.

As rendas na «área das doações» são normalmente estabelecidas em géneros, embora se encontrem algumas em dinheiro. Estas últimas atingiam cerca de 2 p. 100 da totalidade. O produto com que vulgarmente se costuma remunerar o uso da «terra» é o milho; existem, todavia, outros produtos, como vinho, trigo, feijão, etc.

O preço da renda depende da riqueza das terras em água e da percentagem de bravio. Foi completamente impossível apresentar um quadro estatístico de todos os arrendamentos por freguesia, pois não há dados alusivos a arrendamentos verbais.

Segundo inquéritos locais, a exploração mista correspondia a 10 p. 100 do total da exploração agrícola da «área». Este tipo de exploração divide-se nos subtipos seguintes:

1.º — Conta-própria e renda (de 6 p. 100 em casas doadas). Antes de mais, lembremo-nos de que nos encontramos no caso da «casa doada» e conseqüentemente na presença de um donatário e um doador. Nestas casas agrícolas, em número muito reduzido de casos, o donatário arrenda parte da terra, ficando a ser trabalhada pelo próprio e rendeiro. Pode, porém, dizer-se que num futuro muito próximo este tipo de exploração desaparece.

2.º — Conta-própria e renda (de 4 p. 100 em casas não doadas). Ainda existe, embora em perfeita decadência e se relacione com casas de pequena área de lavradio e bravio. Este subtipo não é menos complexo que o anterior. O proprietário, por excesso de idade ou por razões profissionais, tem necessidade de arrendar toda a exploração agrícola, com excepção das bouças e vinhas, que passam a ser o seu trabalho agrícola anual.

*Casa rural.* — Com facilidade nos apercebemos das influências urbanas nas novas construções. Contudo, a típica casa rural continua a ser um elemento complexo e determinante na paisagem. Por toda a «área» a casa monobloco domina e apresenta uma complexidade mais ou menos acentuada, isto é, a casa de habitação possui, em anexo, várias

dependências ligadas à vida rural. O tipo dominante de «casa doada» (est. I, A) tem dois pisos, o inferior reservado para lojas e estábulos, e o superior para habitação. A maioria destas casas está dividida e adaptada às exigências do donatário e doador. A planta da casa complica-se, pela necessidade de se criar uma dupla zona funcional, isto é, duas cozinhas, duas salas, etc. (fig. 10). Neste tipo de casa aparece-nos a «varanda», que completa a função da casa da eira e se localiza sempre no piso superior. Para a ventilação ser intensa o chão é de ripas e sob a «varanda», geralmente, localizam-se os estábulos (est. I, B).

Pelo contrário, a «casa elementar» é um tipo de casa rural que se enquadra perfeitamente nas características da casa minhota. Aparece com domínio absoluto na faixa arenosa e nas freguesias onde o sistema de doação é menos frequente. É habitada pelos caseiros das casas doadas ou por proprietários não donatários.

Concluindo, as casas doadas reflectem um somatório de influências naturais e humanas, como qualquer casa minhota. Contudo, há algo de diferente na sua planta e idade: são edifícios cujas datas de fundação recuam, na sua maioria, à primeira metade do século XIX e têm sido berço de cinco ou mais gerações, e, quanto à sua estrutura arquitectónica, reflectem o elevado nível económico dos seus donos e a época histórica da sua fundação. Logo, não menos importante que os demais factores, consideramos o sistema de transmissão de bens por doação um dos factores determinantes do estilo deste tipo de casa rural.

*Aspectos da vida rural.* — A simples observação global da paisagem agrária da «área das doações» não deixa dúvidas quanto ao seu enquadramento na policultura minhota. Contudo, um estudo mais pormenorizado mostra-nos um acentuado contraste entre a organização do «campo» do litoral e do interior.

Entre as extensas manchas de bravio da região litoral aparece, na faixa arenosa da freguesia de Mindelo, uma paisagem resultante da colonização das areias (est. II, A).

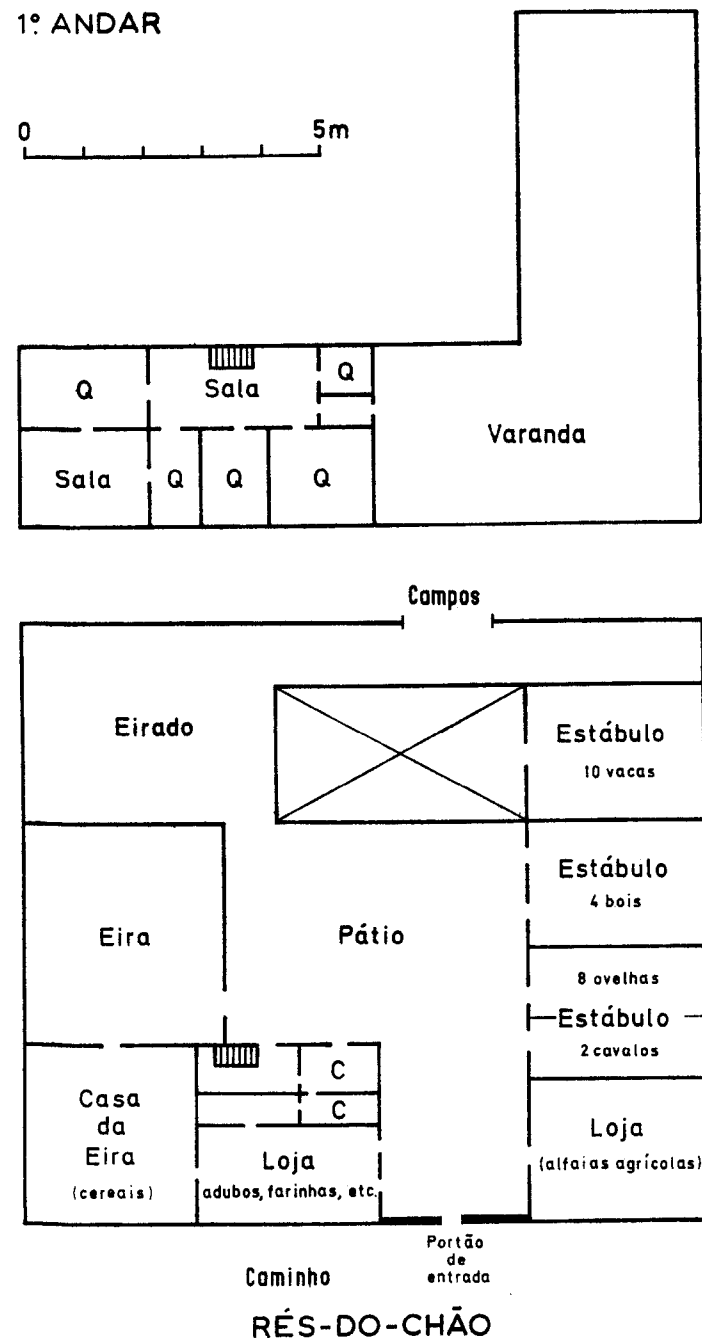


Fig. 10 — Planta de uma casa «doada» do lugar do Outeiro (freguesia de Aveleda, concelho de Vila do Conde) em 1966.  
C: Cozinha, Q: quarto.

Os campos em «masseira, cova ou gamela» <sup>(13)</sup> encontram-se protegidos das influências marítimas por sebes de caniço e de cana vulgar. O solo arenoso destes campos é trabalhado intensamente e sem qualquer período de repouso. A cultura da batata e as espécies hortícolas (cenouras, couve-flor, rabanete, espinafre, repolho e couve-penca) alternam-se, não havendo propriamente uma rotação. A vinha, guiada em armações de arame a 10-20 cm da areia, cobre os lados do campo, abrigados dos ventos marítimos. A pequena dimensão e o reduzido número destes «campos em gamela», nesta freguesia, apenas permite uma pequena produção. As hortaliças são vendidas, diariamente, a comerciantes locais e dos mercados do Porto, ou directamente na feira de Vila do Conde <sup>(14)</sup>. Ao contrário do que acontece na Aguçadoura e na Apúlia <sup>(15)</sup>, não há produtos lançados no comércio externo.

Para além da faixa arenosa de modesto rendimento económico, surge a paisagem agrícola da «área das doações» propriamente dita. A análise global e comparativa da figura 11 permite concluir da importância das culturas em função da área de ocupação, e dos tipos de trabalhos agrícolas aplicáveis, nas diferentes épocas, às várias culturas. O campo-prado reflecte, ao longo do ano, uma constante ocupação do solo e um contínuo e exaustivo trabalho do agricultor. Passemos a descrever as particularidades que definem a vida agrícola do povo maiato.

A cultura da vinha aparece a contornar as «leiras» <sup>(16)</sup> e ocupa 42 p. 100 do total de lavradio (est. III, c). Em oposição ao restante Minho, a «uveira» cede o primeiro lugar à ramada e nas freguesias do concelho de Santo Tirso vai tendo grande divulgação o «arjoado» <sup>(17)</sup>. Nas casas de exploração mista, a cultura da vinha é sempre da responsabilidade do proprietário. A percentagem de vinho dada ao caseiro varia

<sup>(13)</sup> Designações locais atribuídas aos pequenos campos de fundo plano e talhados pelo homem nas dunas.

<sup>(14)</sup> Feira semanal, à 6.ª-feira.

<sup>(15)</sup> MARIA DA CONCEIÇÃO FARIA E MATOS, «A vida rural na Apúlia», *Finisterra*, 1973, p. 66-103.

<sup>(16)</sup> Campo, geralmente com a área de 4000 m<sup>2</sup> (uma jeira). A jeira é a unidade de superfície usual na área.

<sup>(17)</sup> Bardo alto.

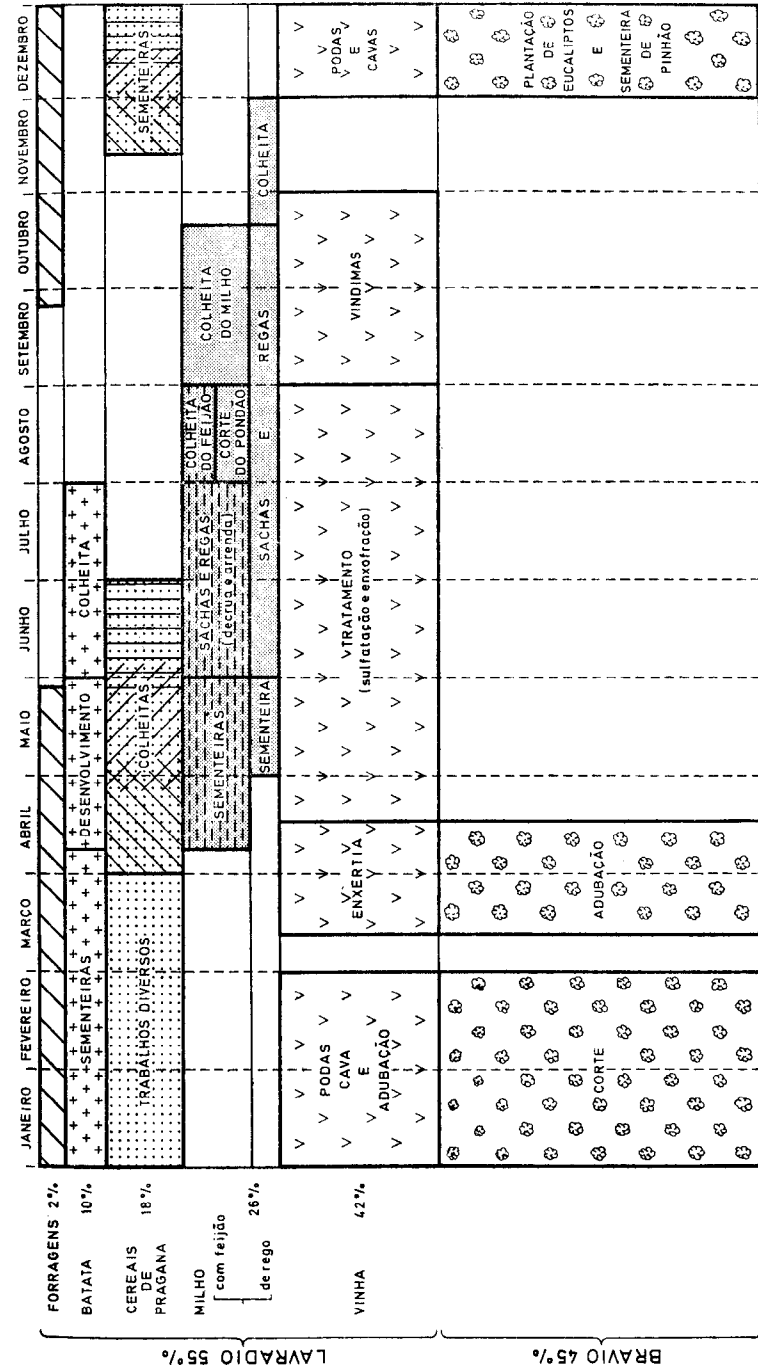


Fig. 11 — Calendário agrícola. Cereais de praguana. 1: cevada, 2: trigo, 3: centeio.

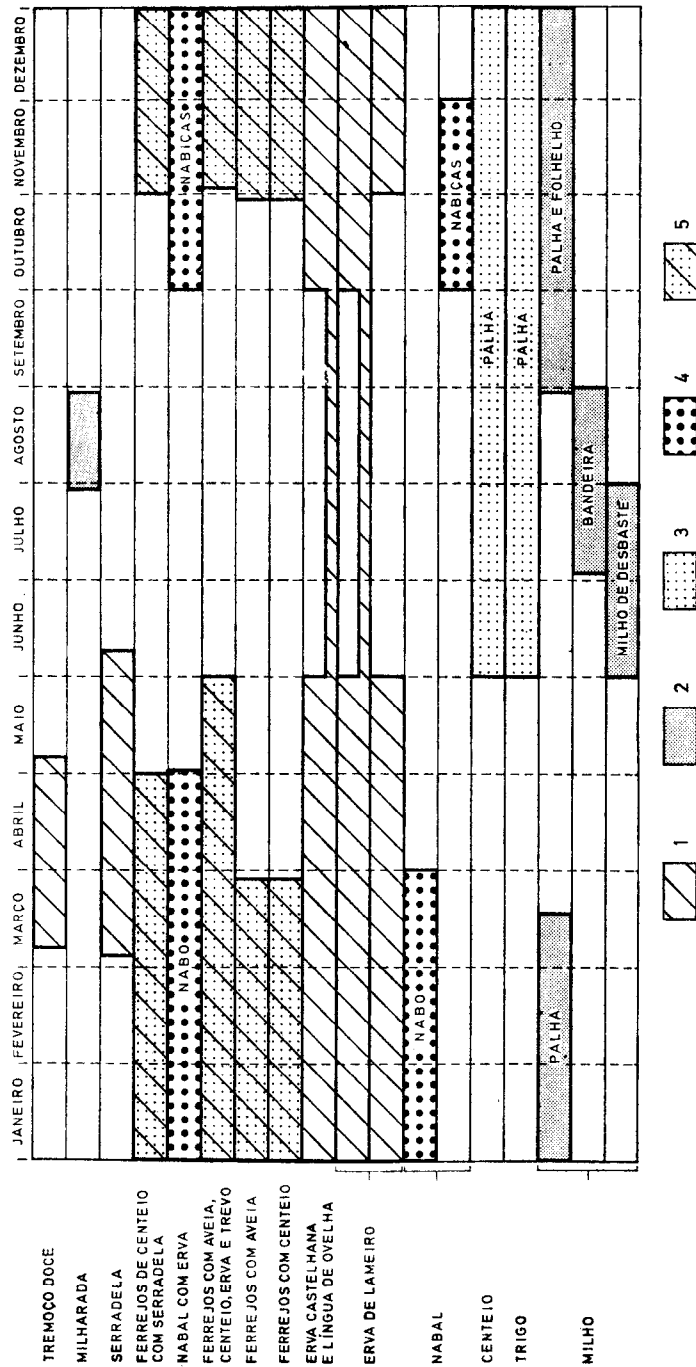


Fig. 12 — Calendário agrícola. 1: Forragens; subprodutos das culturas, 2: milho, 3: trigo, aveia e centeio. 4: nabal, 5: forragens mais subprodutos.

entre os 10 a 20 p. 100 da produção anual, dependendo o valor dessa percentagem da extensão das terras arrendadas e sua riqueza em água.

Além da vinha, a batata e as espécies arvenses são os produtos de maior rendimento económico. As forragens permanecem na terra o mais tempo possível, na preocupação de garantir ao gado alimento verde até muito tarde. Os terrenos utilizados para as forragens são, geralmente, os de cultivo. As espécies utilizadas com mais frequência são: a erva mole (associada ao carrejô, nas terras fundas), carrejô (permanente nos lameiros), serradela (nas terras serôdias) e o trevo (nas terras temporãs). Lembremos que o «milho de rego», semeado em Abril e Maio nas margens<sup>(18)</sup> do trigo, é utilizado como forragem.

Todavia, chegado o momento em que forçosamente «vagam» as terras para a sementeira do milho-feijão, os trabalhos executam-se com rapidez por que «não se perca a seção». Por considerarmos o processo de secagem do milho específico da agricultura maiata, vamos descrevê-lo. As «casas doadas» não possuíam espigueiros até 1966. O milho após a debulha é limpo e seguidamente seco nos «eirados». Entende-se por «eirado» a extensão de terreno contíguo à eira (fig. 10). Durante os meses de Dezembro a Julho é transformado em horta, e na altura da secagem do milho o solo é coberto de palha e por cima estendem-se os «panos de vela»<sup>(19)</sup>, sobre os quais o milho é espalhado e constantemente remexido com os pés. Nas noites húmidas o cereal é envolvido pelos «panos de vela» e coberto com as «empanas»<sup>(20)</sup> (est. II, B). Depois de seco é guardado nas arcas. Os trabalhos de lavoura ligados com as restantes culturas estão subordinados a uma agricultura tradicional (est. III, A).

Até 1966 a pecuária ocupava um lugar secundário na economia da «área». As «casas doadas» possuíam gado de trabalho, algumas vacas leiteiras, atingindo a dezena em

<sup>(18)</sup> Regos para a drenagem das terras. O trabalho de «gradagem» tem o objectivo de abrir as «margens» e é realizado com um aparelho denominado «assocador», uns 2 a 3 dias após a sementeira do trigo.

<sup>(19)</sup> Extensos lençóis de linho grosso.

<sup>(20)</sup> Coberto de madeira ou zinco, com a forma de um telhado de duas águas.

casos excepcionais e o gado suíno era criado exclusivamente para consumo interno. O leite produzido era em pequena quantidade e de fraca qualidade. Esta é um reflexo directo da baixa percentagem de gordura e do grau de limpeza. A fraca percentagem de gordura, além de outras, é uma consequência da alimentação não seleccionada e variável nas diferentes épocas do ano (fig. 12). O tipo de criação estabular e o processo manual de ordenha têm os seus efeitos negativos no grau de limpeza do leite.

A mancha de bravio ocupa, na totalidade da «área», cerca de 45 p. 100. Segundo inquéritos locais e informações recolhidas em avaliações de propriedades, podemos considerar para as boas bouças um rendimento bruto total de 700\$00 por hectare e para as fracas de 200\$00 por hectare (em média anual). Só em madeira pode-se calcular uma saída anual de 50 000 t, no total da «área», sendo 30 000 t do concelho de Vila do Conde. A maior parte da madeira de pinheiro manso destina-se à construção naval dos estaleiros de Vila do Conde. A restante é vendida para serrações locais e da região do Porto.

O mato era até 1966 uma fonte da economia do donatário. O proprietário que possuía bom revestimento florestal vendia mato para os concelhos vizinhos. No caso da exploração indirecta ou mista, no contrato de arrendamento é mencionada a quantidade de mato que o caseiro pode retirar por ano para o trabalho da casa agrícola.

Podemos concluir que até 1966 dominava uma agricultura tradicional, com base na produção de vinho, batata e cereais, com domínio absoluto para o milho. Todavia, as áreas de cultivo de milho e batata diminuem de ano para ano. As causas, que consideramos determinantes dessa decadência, são: a falta de mão-de-obra (fig. 7) e a dificuldade de lançar, de forma compensadora, os produtos no mercado.

Quanto ao vinho, o proprietário, para assegurar a venda deste produto, manifesta a sua produção ao Grémio, se não opta por vender directamente a uva da ramada à Cooperativa. Daí as últimas estatísticas apresentarem um aumento do número de manifestantes e conseqüentemente um pequeno aumento na produção global de vinho.

Estamos perante uma grave crise agrícola, que põe em perigo a continuidade da «casa doada». Será que os donatários

vão contrariar os princípios do povo maiato, retalhando as seculares «casas morgadias»?

*Breves referências à economia da «área» após 1966.*— Sem a preocupação de entrarmos em pormenores, salientamos que a paisagem agrária da «área das doações» entrou, desde 1966, numa nova fase da sua história agrícola (fig. 2). O «amor da terra» e o desejo de não dividir a «casa doada» levaram os donatários a abandonarem a agricultura tradicional e a optarem por uma agricultura considerada de transição para o tipo empresarial. Assim, a agricultura ligada à produção de vinho e espécies arvenses transformou-se numa agricultura de pecuária. Actualmente, o número de vacas turinas varia entre 80 e 180 por propriedade. O gado é adquirido no mercado nacional ou no estrangeiro, dominando o de origem holandesa e inglesa.

Acentua-se, de momento a momento, a modificação dos processos e técnicas agrícolas (est. III e IV). Assim, o uso de uma agricultura mecanizada exige uma lavoura diferente, desde os trabalhos de sementeira à colheita e ensilagem das forragens. O tradicional processo de «rega pelo pé» foi em parte substituído pela «rega de aspersão» (est. IV, A). De igual modo, os anexos da casa rural tiveram que acompanhar tal modificação. A moderna vacaria (est. IV, B) e os silos de forragens substituíram o típico eirado, varanda, casa da eira e estábulo. Estes velhos anexos da «casa doada» não têm, actualmente, qualquer função agrícola e daí o seu frequente estado de abandono.

Em oposição ao brusco desabrochar das culturas forrageiras, entra em decadência acelerada a cultura da vinha e da batata. As causas fundamentais desta decadência são: a falta de mão-de-obra especializada para os trabalhos específicos da vinha, a necessidade de alargar a extensão das «leiras» destinadas a forragem, de acordo com as exigências de uma agricultura modernamente mecanizada e a existência de mercados que assegurem a venda dos produtos relacionados com a criação de gado leiteiro.

Este novo tipo de exploração agrícola originou, nos últimos sete anos, uma remodelação total da estrutura agrária

da «área», vincando, de novo, a sua individualidade em relação ao restante Minho.

Será que os actuais donatários, com esta remodelação da estrutura agrária, conseguem atrair os seus descendentes para a vida agrícola e continuar, futuramente, o uso do sistema de «doação»?

Saliente-se que as casas agrícolas não doadas estão a ser profundamente retalhadas e vendidas para construção urbana. A faixa arenosa da freguesia de Mindelo está em profunda modificação. Nos antigos «campos em masseira» constroem-se casas de veraneio e aqueles que ainda permanecem apresentam-se em estado de abandono.

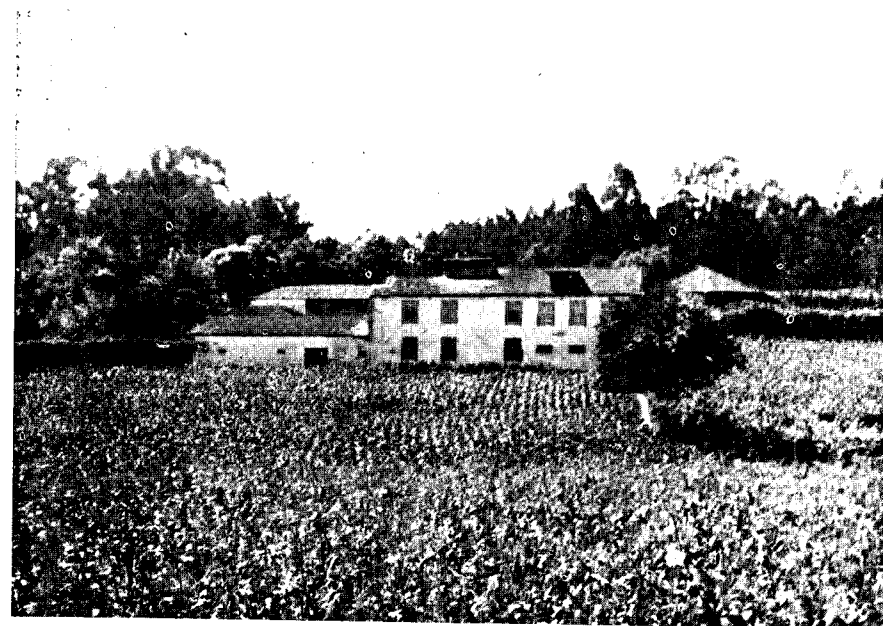
ROSA FERNANDA MOREIRA DA SILVA

#### RÉSUMÉ

*Géographie agraire de la Région des Donations (de 1928 à 1966).* Située au Nord de Porto, elle fait partie du «Nord-Ouest» portugais. Ses caractéristiques agraires résultent directement de l'usage d'un système de transmission des biens: la donation. Ce système juridique de propriété de la terre avantage économiquement le fils nanti et contribue à la non division des parcelles agricoles. Cette coutume de transmission des biens existe depuis des siècles; elle était appliquée dans une vaste région au cours de la dernière décennie du XIX<sup>e</sup> siècle. Actuellement son usage est limité au canton (*concelho*) de Vila do Conde et à quelques communes (*freguesias*) des cantons de Maia, Póvoa de Varzim, Matosinhos et Santo Tirso (fig. 1). On note des variations dans l'usage du système dans les différentes communes de la région (fig. 2), sans que la phase actuelle de décadence ait cependant déjà commencé en 1966.

La région ne présente aucune caractéristique morphologique ou climatique spécifique. Mais elle s'individualise par une propriété peu divisée, contrairement au reste du Minho (fig. 4 et 9). Jusqu'en 1966 toutes les exploitations des domaines en régime de donation avaient pratiquement une culture traditionnelle fondée sur la culture du blé, du seigle, de l'orge, du maïs, des pommes de terre et de la vigne (fig. 11).

Mais l'émigration et l'attraction de la main d'œuvre par les usines de la zone urbaine de Porto (fig. 7 et 8) provoquèrent une crise de main d'œuvre dans l'agriculture. Le niveau économique élevé des propriétaires de ces domaines leur permit d'introduire rapidement l'usage des machines agricoles. Cependant celles-ci ne résolurent pas les problèmes et le propriétaire qui, dans la plupart des cas, exploite directement la terre, sentit



EST. I, A — Casa doada, vista exterior, na freguesia de Labruge, em 1974.



EST. I, B — Pátio interior de uma casa doada, no lugar do Outeiro, freguesia de Avelada, em 1964. Junto do carro de bois há uma porta de um estábulo e por cima vê-se a «varanda».



EST. II, A — «Campo em gamela» na freguesia de Mindelo, em 1964.



EST. II, B Resguardo do milho, no eirado, com as «empanas»,  
em Setembro de 1964.



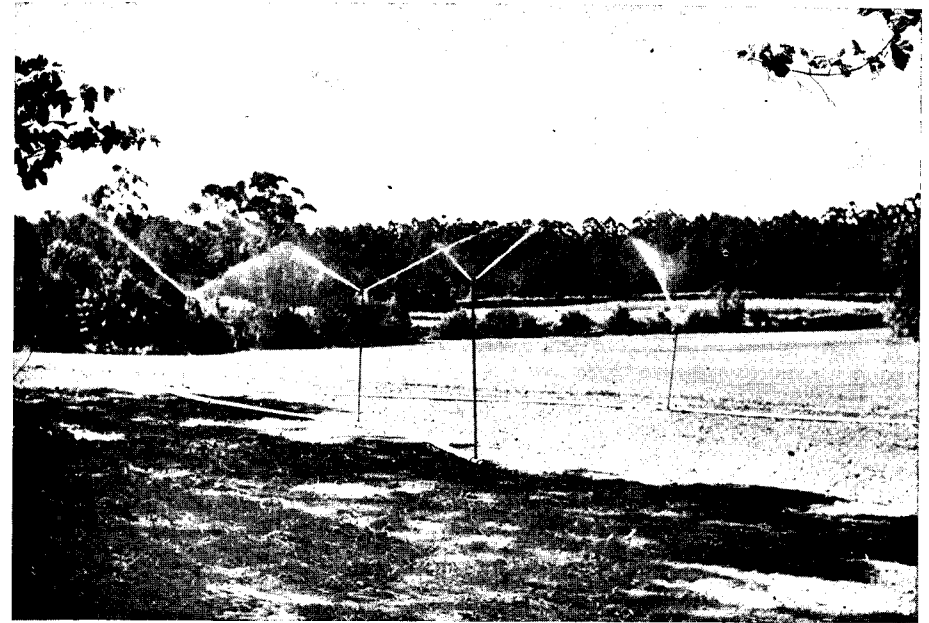
EST. III, A — Decrua manual das culturas do milho e feijão, em Junho de 1964.



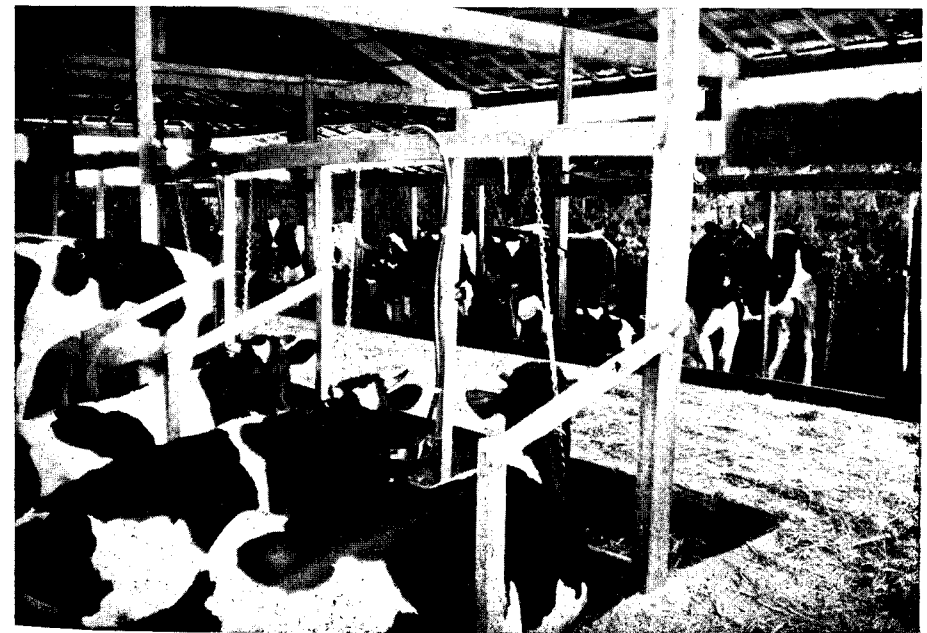
EST. III, B — Debu-lha mecânica do fei-jão, em Setembro de 1963.

EST. III, C — Monda química, numa «leira» para cultura de for-ragens, em 1974.





EST. IV, A — Rega de aspersão, em 1974.



EST. IV, B — Criação de gado leiteiro, em 1974. Vista de uma secção de uma moderna vacaria que contém na totalidade uma média de 100 a 120 vacas leiteiras.

la nécessité de transformer sa grange, son aire à battre et autres dépendances agricoles en étables modernes. Cette mutation des activités agricoles a entraîné l'apparition de cultures et de techniques nouvelles. On assiste donc, depuis 1966, à l'implantation d'une agriculture de type industriel, qui provoque l'abandon de la culture de la vigne et du maïs, en tant que céréale destinée à la commercialisation. Par contre, l'élevage est en pleine expansion, ses produits étant actuellement vendus sur le marché national.

#### SUMMARY

*The agrarian geography of the Entail Area (1928-1966).* The «entail area» is located in the northwest of Portugal and its agrarian features are the direct result of the way in which property is transmitted—the entail system. This legal way of possessing land gives economic privileges to the son who gets it and prevents the division of the agricultural estate. This habit has existed for centuries and in the last decade of the 19th century it was still widely practised; it is nowadays restricted to the borough of Vila do Conde and some parishes in the boroughs of Maia, Póvoa de Varzim, Matosinhos and Santo Tirso. The system varies in the different parishes of the area but in 1966 it was still in full use. The area has no specific features in what concerns its geomorphology or climate. As for the size of estates the area contrasts with the rest of the Minho in that they are hardly divided. As late as 1966 a traditional type of agriculture was practised in such entailed farms, mainly based on the growing of corn, awn, maize, potatoes and vine. But the flow of migration and the fact that agricultural labourers were attracted by the factories in the urban area of Oporto created a severe labour shortage in agriculture. The wide economic resources of the owners of entailed property enabled them to adopt machinery quickly. But mechanization could not solve agrarian problems. Most owners exploit their land directly and they felt the need to change their threshing-floors, buildings and premises into modern cow-sheds where over 100 animals can be sheltered. New cultures and techniques followed this change in agricultural activities. Thus a managerial type of agriculture has been under way since 1966. The result is that the growing of maize and the vine for trade purposes was given up; on the other hand cattle breeding is now a flourishing activity which supplies the home market with its products.